

Notícias do dia 04 de março



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Fim do TCM, que só existe em mais dois Estados, está na mesa de Caiado

Não será surpresa se o governador Ronaldo Caiado encaminhar um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) à Assembleia Legislativa, dentro de mais alguns dias, propondo a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e transferindo suas atribuições para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Além de **Goiás**, atualmente a instituição só existe em dois Estados: Ceará e São Paulo. Só que, diferentemente de **Goiás** - onde o Tribunal é custeado pelo Estado, no caso de São Paulo, o TCM é bancado com recursos fornecidos pelas prefeituras. Era intenção de Caiado, anunciada na campanha de 2018, extinguido, tão logo assumisse em janeiro de 2019.

O democrata ouviu várias queixas acerca da atuação da instituição durante o período eleitoral, mas, logo após assumir, a ideia de extinção começou a perder força. No entanto, foi retomada agora e voltou até com mais potência.

Não custa lembrar que o TCM já foi extinto uma vez e recriado um mês depois. Foi durante o governo de Maguito Vilela (PMDB), entre 1995 e 1998, quando o peemedebista encaminhou uma PEC à Assembleia Legislativa propondo a sua extinção, na época aprovada rapidamente pelos deputados sem maiores dificuldades. Porém, surpreendentemente, foi recriado, por meio de outra PEC encaminhada pelo então governador, poucos dias depois.

O vai e vem de Maguito ao propor a extinção e a recriação do TCM, em pouco mais de um mês, foi fruto de um mal-estar com o então **conselheiro** Frederico Jayme Filho (**TCE**), que vinha promovendo alterações na forma de fiscalização dos atos do Executivo, passando de "pós" para "pré" a auditoria sobre as despesas. Com isso, vários processos de interesse do Executivo começaram a ter a liberação mais demorada no Tribunal. Foi quando Maguito decidiu encaminhar a PEC ao Legislativo propondo a extinção do TCM, para, segundo ele na época, aumentar as atividades do **TCE**, que, a seu ver, tinha "alto custo" para a sociedade e "produzia pouco". A mesma PEC que extinguiu o TCM transferiu as suas atribuições de fiscalizar os atos das prefeituras para o **TCE**.

Mas pouco mais de um mês após a extinção, surpreendentemente, Maguito enviou outra PEC ao Legislativo, recriando o Tribunal. E o principal motivo da sua mudança de opinião em relação ao TCM foram os conselhos de pessoas próximas, avaliando que, se a sua intenção ao extinguir o Tribunal era dar uma "resposta à altura" ao **conselheiro** Frederico Jayme pelos problemas que vinha criando para o seu governo, o tiro teria saído pela culatra: a consequência prática seria aumentar os poderes do **TCE** e do **conselheiro**, que passariam a dispor de meios até de propor a perda de mandato de prefeitos.

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2648/>

CGE mostra modelo adotado em função da pandemia ao Conselho de Transparência

Jales Naves

Especial para o AR

Goiânia - Em função da pandemia e a necessidade inesperada que ela gerou, a **Controladoria Geral do Estado (CGE)**, em 2020, teve que se adaptar imediatamente, sem preparação, a um novo modelo de trabalho. As equipes enfrentaram o desafio e se replanejaram de modo que os serviços tivessem continuidade e as entregas ao Estado e à sociedade pudessem ser realizadas "com resultados expressivos". A conclusão consta do balanço sobre o Planejamento Estratégico da **CGE** no ano passado, apresentado de forma sintética pela servidora Kérima Martins Parreira, responsável pela implantação e acompanhamento do modelo utilizado atualmente, na reunião virtual do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), realizada no dia 24 de fevereiro, na plataforma Zoom. "Com esforço, sinergia e inteligência corporativa para mobilizar todo o potencial intelectual disponível e concentrá-lo na realização de sua missão, a Controladoria demonstrou capacidade e competência técnica", completou.

O secretário-chefe Henrique Moraes Ziller explicou que o Planejamento Estratégico orienta a atuação da **CGE**, possibilita avanços e uma visão ampla do conjunto das ações da Controladoria, e permite visualizar as funções do controle interno.

Foi aprovada a proposta de calendário de reuniões deste ano do Conselho, apresentada pelo secretário-executivo, Diego Ramalho de Freitas. Esclareceu que as datas sugeridas seguiram a mesma tendência, a cada dois meses, sempre na última quarta-feira do mês, à exceção de dezembro, que será no dia 8, que é a abertura da Semana Internacional de Combate à Corrupção. As reuniões serão nos dias 24 de fevereiro, 28 de abril, 30 de junho, 25 de agosto, 27 de outubro e 8 de dezembro. Informou ainda que foi levado em conta, na definição das datas, a proximidade com os feriados, para evitar problemas de quórum.

Macro objetivos

Em sua exposição, Kérima destacou que o planejamento está alinhado a dois macro objetivos do plano de governo: "confiança nas instituições", via Programa de Compliance Público; e "controle social", por meio do Programa de Participação e Controle Social. Discorreu sobre a metodologia utilizada pela Controladoria, apresentou o mapa estratégico, composto de 10 objetivos, 30 metas e 17 indicadores, e mostrou os resultados alcançados. Destacou que na semana seguinte à reunião o relatório de gestão, completo e detalhado, estará disponível na página da **CGE**.

Diego ressaltou as parcerias com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), Secretaria de Estado de Administração (Sead) e Escola de Governo, que aumentaram a demanda, devido ao Programa de Compliance. A **conselheira** Roberta Rodrigues Costa, superintendente da Escola de Governo, disse ter ficado emocionada ao ver um órgão que trabalha com planejamento e acompanha esse planejamento, "como foi muito bem exposto". Em relação ao Compliance, foi "muito desafiador também para certificação, que ocorre quando se completa as 180 horas", e que, como agora a maioria dos cursos já está em EAD, será possível certificar os servidores.

Índice de transparência

O gerente de Acesso à Informação da **CGE**, Weyk Wagne Barbosa Gomes, apresentou as principais ações executadas em 2020 e que tiveram reflexo no resultado do "bom índice de transparência". Registrou a inovação do trabalho em conjunto com o **Tribunal de Contas do Estado**, destacando a revisão do Manual de Classificação de Informações Sigilosas e orientações pontuais nesse tema; a atualização das metodologias de divulgação de informações nos portais de transparência da administração direta e indireta, incorporando a

metodologia da Atricon, juntamente com a equipe técnica do **TCE**; e formalização do Termo de Cooperação com o Tribunal para avaliação dos Portais de Transparência da administração direta e indireta.

Ressaltou a prestação de consultorias para as entidades avaliadas no Prêmio **Goiás** Transparente; participação em capacitação em transparência pública com a Escola de Governo; realização de treinamento dos servidores das entidades avaliadas no Prêmio **Goiás** Transparente; divulgação da cronologia de pagamento no Portal de Transparência; elaboração de **Notas Técnicas** sobre os portais de transparência dos contratos de gestão - SES-GO; e realização do 2º Prêmio **Goiás** Mais Transparente, que avaliou 50 entidades, sendo que 41 alcançaram o Selo Ouro, ficando entre 100% e 75% na avaliação. Disse que antes a avaliação era realizada separadamente pela **CGE** e pelo **TCE**, com utilização de metodologias distintas; a unificação foi muito relevante; e que a avaliação e premiação dos poderes autônomos foi feita somente pelo Tribunal de Contas.

Agentes da Cidadania

Como não foi possível visitar as escolas com o Projeto 'Estudantes de Atitude', surgiram os projetos 'Embaixadores da Cidadania' em 2020 e 'Agentes da Cidadania' neste ano. A gerente de Controle Social da **CGE**, Marjorie Lynn Nogueira Santos, explicou que o 'Agentes da Cidadania' foi concebido em um mês, planejado em outro e finalizado o primeiro mês de execução. O projeto é uma capacitação 100% virtual; trata de controle social, transparência, democracia e participação cidadã; e abriu a participação para maiores de 16 anos, residentes no estado. "É um curso rápido de linguagem e super acessível, possui algumas atividades práticas e é um projeto de extensão da Universidade Federal de **Goiás**, que certificará o curso com carga horária de 30h", esclareceu; curso realizado de 9 de fevereiro a 31 de março.

Disse que foram abertas duas mil vagas no 'Agentes da Cidadania', que recebeu três mil inscrições, e traçou um panorama dos inscritos por faixa etária, sexo, município dos inscritos - mais de 200 -, e escolaridade. Destacou uma atividade prática proposta, na qual o aluno apresenta uma demanda que entenda relevante à Ouvidoria do Estado e que, como resultado de um questionário sobre essa atividade, das 263 pessoas que responderam, 65,8% disseram que era a primeira vez utilizando o site da instituição. Anunciou ainda o que será feito no programa até o final deste mês de março.

Revisão do Conselho

Quarto assunto da pauta, o Grupo de Trabalho para revisão do decreto que criou o Conselho, o **conselheiro** Giovanni Ehrhardt informou que o GT ainda não chegou a um consenso sobre o texto final, destacando que o tema atende uma demanda da Presidência do Conselho, de atualizar o documento e regulamentá-lo de acordo com as atualizações, via Regimento Interno. Esclareceu que estão verificando questões legais, inclusive com os parâmetros federais e com outros entes, a título de comparação em relação à composição; falou sobre a organização interna do GT; e ressaltou que o trabalho está evoluindo, para ser apresentado em consenso.

A **conselheira** Isabel Sampaio Antonacio Monteiro sugeriu que não seja uma alteração e sim um novo decreto, ressaltando que fez uma consulta acerca de alguns artigos e foi informada que são inconstitucionais. Sugeriu que a **CGE**, com sua equipe jurídica, elabore um novo documento e mande para o GT, para que os conselheiros possam debater, devido ao fato de que os integrantes do grupo não são da área jurídica, ao ponderar sobre a atribuição de fiscalizador do Conselho. Diego esclareceu que todos os decretos passam pela Procuradoria Geral do Estado, ainda que deliberados pelo Conselho, e que esse momento foi de prestação de contas do trabalho do GT, esperando que em breve seja apresentado um texto para apreciação e deliberação do Conselho.

O Secretário Executivo informou ainda que vai adicionar as pessoas que enviaram o contato no grupo do WhatsApp e que a ferramenta institucional continua sendo o e-mail e o processo SEI-e.

Site: <https://www.aredacao.com.br/noticias/147505/cge-mostra-modelo-adotado-em-funcao-da-pandemia-ao-conselho-de-transparencia>